

Ata n.º 7

Ao vigésimo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos por videoconferência através da Plataforma Skype, a sétima reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---Ponto um: Aprovação da ata da reunião anterior;-----

---Ponto dois: Aprovação do Plano de Transportes Escolares 2021/2022;-----

---Ponto três: Aprovação do processo de Ação Social Escolar 2021/2022;-----

---Ponto quatro: Organização do ano letivo;-----

---Ponto quatro ponto um: Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular;-----

---Ponto quatro ponto dois: Pessoal não docente;-----

---Ponto quatro ponto três: Intervenções no Parque Escolar;-----

---Ponto quatro ponto quatro: Articulação/apoio Agrupamentos de Escolas na situação de pandemia;-

---Ponto cinco: Outros assuntos.-----

A Vereadora Sara Fernandes, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, saudando e agradecendo a todos os conselheiros a sua presença, através da plataforma digital, deu início à reunião. De seguida perguntou se havia alguma objeção ou proposta de alteração à Ordem de Trabalhos. Não havendo nenhuma objeção ou proposta de alteração à Ordem de Trabalhos deu continuidade à reunião.-----

No Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a ata da reunião anterior, que havia sido previamente enviada por correio eletrónico, foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes nesta reunião e na reunião a que respeitava a ata.-----

Passando ao Ponto Dois, aprovação do Plano de Transportes Escolares 2021/2022, que havia sido previamente enviado por correio eletrónico aos conselheiros, a Vereadora Sara Fernandes referiu que as regras mantêm-se, garantindo-se o serviço de transporte entre o local de residência e o estabelecimento de ensino frequentado por todos os alunos do ensino básico e secundário, quando residam a mais de 4 km do estabelecimento de ensino da área de residência. O Plano de Transportes Escolares tem que ser aprovado anualmente, antes do início do ano letivo em causa e, caso seja necessário, realiza-se um Reajustamento a este documento após o início do ano letivo. Considerando as medidas tomadas no ano letivo transato devido à situação de pandemia da doença COVID-19, o Plano de Transporte Escolares 2021/2022 prevê: o aumento do número de circuitos

para respeito da lotação máxima de 2/3 veículos de aluguer, Uniões e Juntas de Freguesia e CME; a criação de circuitos através de Juntas de Freguesia que não assumiram a competência, em horários de entrada e saída em que não há resposta através das carreiras interurbanas; e o desdobramento de carreira interurbana 3 dias por semana (Évora » Azaruja).-----

A Vereadora Sara Fernandes apresentou um quadro resumo dos valores do que foram efetivamente os apoios do transporte escolar que foram cedidos em 2020/2021 e aquilo que se prevê para o ano letivo 2021/2022, reforçando que caso seja necessário, a realização de um Reajustamento à realidade.-----

A Vereadora Sara Fernandes colocou à discussão a proposta do Plano de Transportes Escolares 2021/2022. Não havendo intervenções, o Plano de Transportes Escolares 2021/2022 foi colocado a aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

A Vereadora Sara Fernandes passou ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos, referente à aprovação do processo de Ação Social Escolar 2021/2022, começou por apresentar os valores dos apoios no ano letivo 2020/2021 e referiu que este foi claramente um ano atípico pela ausência de visitas de estudo. Não havendo o apoio habitual para as visitas de estudo, o investimento total foi diminuto em relação ao que é o habitual. Este processo da Ação Social Escolar é recorrente porque é de Lei, nomeadamente a alimentação, material escolar e visitas de estudo para os alunos, condicionados ao Escalão A e B. Uma medida extraordinária proposta pelo presente Conselho Municipal de Educação e que foi aceite, diz respeito ao material escolar para o pré-escolar em que se passou a atribuir os montantes de 25€ para as crianças do escalão A e B. Relativamente a estas componentes, a Vereadora Sara Fernandes apresentou um quadro comparativo com o investimento em 2020/2021 (9.395,00 € - material escolar) e com a previsão para o ano letivo 2021/2022 (19.599,85€ - material escolar e visitas de estudo). O acréscimo deve-se ao factor de não se terem realizado visitas de estudo no ano letivo 2020/2021 devido à pandemia causada pela doença da Covid-19.-----

A Vereadora Sara Fernandes colocou à discussão a proposta do processo de Ação Social Escolar 2021/2022.-----

O Doutor Manuel Cabeça perguntou se havia algum critério para as visitas de estudo quer do pré-escolar quer do 1º ciclo do ensino básico.-----

A Vereadora Sara Fernandes explicou que as visitas de estudo ficam ao critério de cada agrupamento e que a questão tem a ver com os apoios que depois a câmara consegue dar efetivamente para que as visitas se concretizem mas que os agrupamentos podem realizar as visitas de estudo que entenderem.-----

A Doutora Helena Ferro explicou que em relação à Ação Social Escolar há uma verba que é atribuída de acordo com a portaria para os alunos de escalão A e B, o valor é anual por aluno. Para

além do apoio da Ação Social Escolar, a câmara dispõe de duas possibilidades: disponibilizar o autocarro da câmara sobretudo para visitas fora do concelho e, neste caso, no início do ano letivo é enviado o rácio que cabe a cada agrupamento; e, ainda existe outra situação, que se refere às visitas que são feitas dentro do território para incentivar o conhecimento das zonas rurais e a vinda, por exemplo, ao museu, ao teatro, à biblioteca, em que a câmara tem uma concessão feita com a Rodoviária, no âmbito dos programas municipais da câmara.-----

Não havendo mais intervenções, a proposta do processo de Ação Social Escolar 2021/2022 foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Passando ao Ponto Quatro, Organização do ano letivo, a Presidente do Órgão deu conhecimento da principal alteração feita ao Apoio ao Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação e Ensino (pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico), designadamente o apoio para aquisição de material de desgaste (Pré-Escolar / AAAF's) e de material didático e de desgaste (1.º CEB). A alteração que consistiu num acréscimo em relação às comparticipações que são transferidas para os agrupamentos foi a seguinte: até ao ano letivo 2019/2020 fazia-se a atribuição de uma verba de 5,00€ por cada criança em prolongamento de horário no jardim de infância (AAAF's) e por cada aluno matriculado no 1.º CEB. A partir deste ano, 2020/2021, passou-se a atribuir uma verba por sala de atividade e sala de aula, ou seja, uma atribuição de 200€ por cada turma de 1.º CEB e cada grupo de pré-escolar. Isso fez com que o total de investimento no Apoio ao Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação e Ensino passasse de 21.607,84 € para 35.808,22 €.-----

A Vereadora Sara Fernandes passou ao ponto quatro ponto um, Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular. Começou por apresentar a nova imagem gráfica do programa AEC e fez um balanço do ano letivo 2020/2021 com o número de turmas e alunos envolvidos no programa AEC. As sessões de AEC foram frequentadas por 1882 alunos. Devido à pandemia, tentou-se uma adaptação por via digital e foi possível uma articulação com as plataformas informáticas de cada um dos agrupamentos para se conseguir que as sessões de AEC fossem também acessíveis da mesma forma que as outras aulas, facilitando o acesso dos alunos às atividades propostas. A Câmara teve 13 ofertas diferentes, divididas pela área das atividades físicas e desportivas (AFDs) e pela área Sociocultural e, ainda, contou com a colaboração de três associações na dinamização de algumas AEC. No ano letivo de 2020/2021 foram previstas 20.691 sessões de Atividades de Enriquecimento Curricular, havendo 1.026 sessões para substituir por ausência do professor. A Vereadora Sara Fernandes partilhou que recebeu críticas em reunião da Comissão Permanente, o que levou a fazer um balanço mais exato do ano letivo 2020/2021. Na realidade houve necessidade de substituição de professores em 1.026 sessões, ou seja, o absentismo foi de 5%, contudo 3% foi resolvido com substituição. Apenas 2% das sessões das Atividades de Enriquecimento Curricular previstas não foram dinamizadas (335 sessões). Considerou-se que estes 2% até foram justificáveis atendendo à

situação vivida devido à pandemia da doença da Covid-19, o confinamento e os constrangimentos causados pelos casos de isolamento nos estabelecimentos. A Vereadora Sara Fernandes explicou que as Atividades de Enriquecimento Curricular são atividades dirigidas aos alunos do 1.º CEB, têm um caráter facultativo e têm uma natureza lúdica, formativa e cultural. De acordo com a Direção Geral de Educação, as AEC inserem-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família. Quanto ao Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano 2021/2022, a orientação geral consiste em orientar para as áreas estratégicas de desenvolvimento da cidade (Cultura e Ambiente); diminuir o formalismo e aumentar o caráter lúdico; utilizar menos a sala de aula e mais os equipamentos públicos nas áreas do Desporto, das Artes e da Cultura, promovendo o conhecimento do concelho; articular as atividades com vários projetos educativos municipais; garantir direitos laborais dos técnicos que acompanham o programa AEC; manter uma boa articulação com as direções dos agrupamentos, os coordenadores dos estabelecimentos de ensino e os professores titulares; dar continuidade a um modelo equilibrado de flexibilização; e fazer o acompanhamento e a monitorização assídua do programa. Foi, ainda, apresentada a proposta de AEC's para o ano letivo 2021/2022 que incide em cinco áreas: Atividade Física e Desportiva, Ciência e Ambiente, Expressões Artísticas, Cultura e Cidadania, e Música.-----

A Vereadora Sara Fernandes perguntou aos conselheiros se queriam intervir.-----

O Engenheiro Fernando Farinha, diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, solicitou a palavra para perguntar se na área AFD, oferecida pela Autarquia, estaria garantida a natação no 4º ano do 1º CEB, ao que a Vereadora Sara Fernandes respondeu que sim. O Engenheiro Fernando Farinha explicou que o agrupamento decidiu assumir a AFD mas como não dispõem de autocarro não podem levar os alunos à natação. Vão assim assumir a AFD no 1º, 2º e 3º ano e vão manter a parceria com a Autarquia para a AFD no 4º ano. Acrescentou que vão ser mantidas algumas das atividades extracurriculares para o 1.º CEB dinamizadas por professores do agrupamento, nomeadamente os Jogos Matemáticos, Inglês, Programação à Robótica e Crescer Com.-----

A Doutora Maria João Charrua, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, solicitou esclarecimento sobre o facto de a Autarquia ser a entidade promotora das AEC no concelho e do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira ter uma oferta diferente.-----

A Doutora Helena Ferro explicou que o caso do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira é efetivamente misto. A Câmara assume AEC's no agrupamento, mas não garante tudo. Os alunos que a câmara inscreve são exatamente aqueles em que a câmara dinamiza as AEC's.-----

A Doutora Maria João Charrua ficou de aferir como é que em termos organizacionais esta matéria do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira dinamizar atividades extracurriculares deverá ficar

registada, para que não apareça a Autarquia como promotora da totalidade das atividades no agrupamento Gabriel Pereira.-----

Passando ao ponto quatro ponto dois, Pessoal Não Docente, a Vereadora Sara Fernandes explicou que se referia apenas ao pessoal não docente da responsabilidade do município. Em termos de 1.ºCEB diz respeito ao pessoal das cozinhas e refeitórios e no pré-escolar ao pessoal de apoio à componente letiva e AAAF's. De seguida, apresentou os critérios de afetação de PND nas competências assumidas pelo município:-----

a) Cozinhas – nos refeitórios escolares com confeção e fornecimento de refeições, tem-se em consideração o número de refeições confeccionadas e servidas no espaço e o pressuposto de, caso a cozinheira principal falte, existir alguém que conheça o serviço e a substitua nas suas funções. Seguindo este princípio base, o município coloca, no mínimo, 2 pessoas por equipamento, mesmo que não seja a tempo inteiro. Atualmente, com o número de pessoas colocadas, conseguindo-se cumprir um rácio de 1 AO por uma média maioritariamente de 50 a 80 refeições.-----

b) Refeitórios – afetar no mínimo 2 AO por equipamento, estando 1 AO a tempo inteiro e a 2ª pessoa a meio tempo, colaborando na confeção.-----

c) Jardins de Infância – independentemente do nº de alunos, o município coloca 2 AO por sala de atividade em funcionamento: 1 AO para apoio direto à componente letiva + 1 AO para garantir as necessidades nas AAAF e, eventualmente, substituir a falta pontual do AO colocado no apoio letivo.

A Vereadora Sara Fernandes apresentou, ainda, o total de Pessoal Não Docente colocado nos agrupamentos de escolas do concelho (com base no ano letivo passado), para garantir as competências do município, de acordo com a legislação em vigor e análise das necessidades efetivas.-----

A Vereadora Sara Fernandes perguntou aos agrupamentos de escolas se gostariam de colocar alguma questão sobre esta matéria ou fazer alguma observação sobre o que foi o ano letivo anterior e o que se perspetiva para ao próximo ano letivo.-----

O Engenheiro Fernando Farinha, diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, tomou a palavra dizendo que sempre que têm dificuldades, que a equipa da Autarquia tem tentado dar uma boa resposta e tem sido eficiente.-----

O Doutor João Romão, representante da senhora diretora do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, referiu que a situação do pessoal não docente está melhor desde a publicação do rácio mas que precisamos de pessoas adequadas às necessidades. Uma equipa coesa e estável antecipa muitos problemas. O posto de trabalho que é ocupado pelos tarefeiros deverá ser ocupado por pessoas a contrato a termo resolutivo certo ou por tempo indeterminado. Os tarefeiros encontram oportunidades melhores e estão no seu direito mas posto de trabalho existe e as necessidades

mantem-se. As pessoas que são do território querem ficar ligadas ao território e com base nos concursos que se têm realizado no agrupamento, verificou que há muitas pessoas a concorrer que têm muita formação na área da educação. Na sua opinião há muita mão-de-obra disponível, as pessoas desempregadas investem na sua formação como assistentes operacionais.-----

A Vereadora Sara Fernandes reforçou que temos uma população que tem formação e tem vontade de trabalhar. Foram alguns anos sem capacidade de contratação mas que nos últimos dois anos tem a perspetiva, tanto por parte do Ministério da Educação como por parte da câmara, de uma maior capacidade de abertura de concursos. Referiu que a câmara tem um concurso aberto, em fase de avaliação, contando-se ter no início do ano letivo os novos Assistentes Operacionais que vem substituir aqueles que entretanto se reformaram ou que rescindiram contratos. Houve uma alteração à portaria dos rácios, os agrupamentos receberam em média mais cinco Assistentes Operacionais por via dessa alteração. Claramente é preciso continuar a investir e a batalhar junto ao Ministério da Educação para que reconheça a necessidade deste pessoal, pessoal com formação e pelo aumento dos rácios.-----

O Doutor Manuel Cabeça partilhou algumas expetativas a pensar no próximo ano letivo, decorrendo do que foi dito, nomeadamente os concursos e os procedimentos concursais que estão a decorrer e nos quais mais de metade dos elementos do seu agrupamento concorreram aos diferentes procedimentos concursais que estão abertos. Os funcionários pela experiência que têm, competências que evidenciam e tempo de serviço que tem na área da educação, corre-se o risco de os perder e alguns deles estão em setores determinantes como é o refeitório e a cozinha. Esta expetativa vai de encontro não só aos procedimentos concursais mas também de igual modo a um conjunto de pessoas que vão ser intervencionadas clinicamente, o que levará a alguma ausência no decorrer dos meses de outubro e novembro. Outra questão que diz respeito ao agrupamento são os assistentes técnicos. Estes não têm sido considerados nos rácios. Sendo que o agrupamento Manuel Ferreira Patrício dá respostas a um território educativo de intervenção prioritária, onde há manifestas carências sociais e culturais, os Assistentes Operacionais e os Assistentes Técnicos são elementos fundamentais para garantir a estabilidade, comportamentos e integridade física das pessoas. Sem eles, entra-se manifestamente em decadência e o agrupamento tem sentido muito esta carência. Para finalizar deixou a preocupação de que em março acontecerá a transferência de competências do estado central para os municípios, o que irá implicar outra gestão e a meio de um ano letivo irá trazer novas alterações no agrupamento que dirige com um plano de inovação, semestralidade e introdução de alterações organizacionais, que não se coloquem entropias no sistema.-----

A Doutora Maria João Charrua tomou a palavra dizendo que esta questão da necessidade de pessoal não docente é uma queixa a nível nacional, quer ao nível dos assistentes técnicos quer mais ao nível dos assistentes operacionais. Quanto aos rácios estamos muito melhor, o aumento do rácio

já beneficiou em muito os agrupamentos mas é verdade que não é o ideal e todos sabem isso. Referiu que o Ministério da Educação já criou há cerca de dois anos, um mecanismo de substituição das pessoas que se encontram doentes, de baixa médica pelo menos por um período de 12 dias e os agrupamentos e as escolas não agrupadas têm neste momento essa flexibilidade de substituir os assistentes operacionais e os assistentes técnicos nestas circunstâncias (Bolsa de Recrutamento). Quando alguém se aposenta ou muda de serviço, por mobilidade ou concurso, ainda não foi encontrada uma solução ou uma forma de substituir logo. No entanto, quanto à transferência de competências na área do pessoal não docente, traz uma mais valia para as autarquias e para as escolas, ou seja, sempre que se aposente alguém ou saia por concurso/mobilidade, as autarquias podem substituir esses assistentes técnicos ou operacionais, desde que seja para cumprir rácio. À semelhança do que acontecia nos contratos de execução até ao rácio as autarquias podem substituir e se houver concursos em vigor ainda mais rápido será.-----

A Vereadora Sara Fernandes manifestou também a sua preocupação sobre a transferência de competências estar prevista para Março, precisamente a mesma data em que a câmara decidiu a revogação do Contrato de Execução em 2018, tendo a Câmara aceitado o pedido dos Agrupamentos em alterar o seu efeito para evitar desequilíbrios a meio do ano letivo. Na altura houve um movimento grande por parte dos diretores de agrupamentos e ao qual a câmara foi sensível de não introduzir mais um elemento de instabilidade a meio do ano letivo e portanto apesar da decisão estar tomada em março, teve efeitos apenas em junho. A Vereadora Sara Fernandes disse que esperava que a transferência do pessoal não docente pudesse ser feita apenas no final do ano letivo.

Concluídas as intervenções dos conselheiros, a Vereadora Sara Fernandes passou ao ponto quatro ponto três, Intervenções no Parque Escolar, dando conta do número de intervenções realizadas no ano 2020 por administração direta e aquisições e do valor total de investimento. Deu conhecimento de quais as empreitadas que ainda estão a decorrer: Empreitada de Requalificação e Modernização da EB1 Manuel Ferreira Patrício; Empreitada de Requalificação e Modernização da EB de S. Mamede - Construção de recreio coberto e infraestruturas de acessibilidades; e das empreitadas já concluídas: Empreitada de Construção de Telheiro Coberto na da Escola do B.º da Comenda; Empreitada de Requalificação do Campo Polidesportivo da EB1 B.º da Câmara.-----

A Vereadora Sara Fernandes apresentou também um conjunto de intervenções no Parque Escolar, em curso ou planeadas a curto prazo, a cargo da Câmara de Évora, nos quatro Agrupamentos de Escolas: Escola Manuel Ferreira Patrício – conclusão da requalificação das coberturas, acessibilidades e campo de jogos/quando a atual empresa sair será equacionada a pintura e só depois a colocação do ar condicionado (a avaliar); JI Manuel Ferreira Patrício – iniciar obra do Jardim de Infância assim que se consiga empresa; colocação de ar condicionado no Jardim de Infância (pausa letiva do verão); Escolas Vista Alegre e Cruz da Picada – substituição de caixilharias

(concurso em curso); JI Cruz da Picada – colocação de ar condicionado; EB Rossio de S. Brás – remodelação da instalação elétrica da cantina escolar; JI Garcia de Resende – pintura do JI; EB Comenda – Pintura dos muros; EB Chafariz, EB Heróis do Ultramar, EB Rossio de S. Brás, EB Comenda e EB Bº da Câmara – colocação de ar condicionado; EB Heróis do Ultramar e EB Bº da Câmara – finalizado o projeto para requalificação do espaço exterior das escolas; EB Santa Clara - executado a retirada do amianto; bar a fazer em tempo letivo; EB S. Sebastião – remodelação elétrica; EB S. Mamede – continuidade da obra; EB Horta das Figueiras – obra da remodelação das casas de banho; EB S. Manços – colocação de ar condicionado; ES André de Gouveia – retirada de amianto e colocação de nova cobertura no pavilhão (em curso); JI Penedo de Ouro – remodelação da instalação elétrica, pinturas interiores e colocação de ar condicionado; EB Frei Aleixo – projeto concluído para substituição de caixilharias (concurso em curso) e pintura Biblioteca Escolar.

A Vereadora Sara Fernandes deu as boas vindas à Doutora Ana Pires, Presidente da Comissão de Administração Provisória do Agrupamento de Escolas Severim de Faria, por ser a sua primeira reunião no Conselho Municipal de Educação.-----

Passando ao ponto quatro ponto quatro, Articulação/apoio aos Agrupamentos de Escolas na situação de pandemia, a Vereadora Sara Fernandes referiu que o trabalho a realizar vem no seguimento do trabalho que já foi realizado no ano anterior, nomeadamente: a realização de reuniões com os Agrupamentos de Escolas de preparação do ano letivo 2021/2022, com a participação do Serviço Municipal de Proteção Civil e da Divisão de Educação e Intervenção Social (articulação dos procedimentos a seguir no relacionamento entre a CME e os Agrupamentos, conhecimento de possíveis alterações aos Planos de Contingência dos agrupamentos, identificação de necessidades nos EEE); realização de visitas técnicas aos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI), a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Évora (jardins-de-infância e refeitórios), a exercerem funções nos estabelecimentos de educação e ensino, incluindo os trabalhadores colocados pela Juntas ou União de Freguesias; fornecimento de solução antisséptica de base alcoólica (SABA) e dispensadores individuais aos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; fornecimento de “Kits” para as salas de isolamento, acondicionados em saco fechado com zip, constituídos por 1 máscara tipo FFP2, 1 viseira, 1 fato especial descartável branco, luvas, cobre sapatos descartável.-----

O Engenheiro Fernando Farinha, diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, pediu a palavra para solicitar que no início de setembro pudesse haver uma reunião com a CIMAC e os agrupamentos com ensino secundário e profissional, em que há alunos de fora e dentro do concelho, para analisar possibilidades e antecipar alguns problemas no que diz respeito aos transportes.-----

Por último, no Ponto Cinco, Outros Assuntos, a Vereadora Sara Fernandes referiu que tinha dois assuntos para abordar mas um deles já tinha sido falado que foi a preocupação com a Transferência de Competências a meio do ano letivo. O segundo assunto enquadra-se no âmbito do Programa de Valorização do Pessoal não docente e vai de encontro ao projeto de revisão das ementas. Este projeto envolve o conhecimento das cozinheiras e também dos produtores locais de forma a haver uma melhor interseção entre a economia local. Fazer com que refeitórios ofereçam ementas de acordo com as alterações que foram feitas às diretivas dos refeitórios escolares por parte do Ministério da Educação e do que já vinha sendo perspectiva da câmara de utilização dos produtos locais no abastecimento das cantinas escolares. Uma das iniciativas que está nesta perspectiva de trabalho será o lançamento de uma revista/livro que foi uma recolha de receitas feitas nas cantinas das escolas e pelas cozinheiras da câmara, em que elas propõem uma ementa. A informação foi compilada em revista/livro e vai ser lançada no próximo dia 23 de julho. Infelizmente devido à pandemia, o lançamento da revista/livro não será aberto à população.-----

A Vereadora Sara Fernandes deu a palavra aos conselheiros.-----

A Doutora Paula Caeiro, representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, solicitou a palavra para deixar três notas: a primeira sobre a questão referida pelos agrupamentos quanto à falta de assistentes operacionais. Referiu que estão sensíveis a essa situação. Realmente há dificuldade em mobilizar candidatos e mobilizar pessoas para as diferentes ofertas de trabalho que vão tendo no Centro de Emprego. Não falando só dos agrupamentos de escolas mas para toda a conjectura envolvente. Apesar de tudo o que se passou nos últimos dois anos, neste momento assiste-se a algum dinamismo do mercado e o desemprego está a descer de forma muito visível e regista-se um crescente aumento de ofertas de trabalho. A segunda nota foi referente à Oferta Educativa, no sentido em que a oferta do IEFP acaba por ser semelhante à de alguns agrupamentos e poderá ser desenvolvida uma parceria como já foi realizada há alguns anos. Por último, solicitou fosse colocado no site da Autarquia, na página dos contatos de Estabelecimentos de Ensino, o Centro de Emprego e Profissional de Évora, uma vez que também têm oferta educativa.-----

O Doutor Manuel Cabeça, diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, informou que no próximo ano letivo o Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício irá implementar um Plano de Inovação, que foi aprovado pela tutela, e que comporta uma dose significativa de alterações, nomeadamente ao nível do 1.º CEB, todos os anos serão contemplados, ao nível do 2.º CEB no 5.º ano e ao nível do 3.º CEB no 7.º ano. O trabalho será organizado semestralmente, o que trará algumas alterações nomeadamente à organização social, escolar e familiar. Existirão interrupções letivas para realização de avaliação formativa e reportes de avaliação aos encarregados de educação e aos alunos a meio de cada um dos semestres. O Doutor Manuel Cabeça mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento que possa existir no que diz respeito a este Plano de

Inovação.-----

A Doutora Maria João Charrua perguntou se a implementação do Plano de Inovação iria implicar as pausas letivas, ou seja, se as pausas se vão realizar nas mesmas alturas dos outros agrupamentos ou em período diferentes. Esta questão surge devido aos transportes.-----

O Doutor Manuel Cabeça esclareceu que as pausas definidas pela tutela estão definidas e têm que ser respeitadas (pausa do Natal, Carnaval e Páscoa). Há outras pausas que irão acontecer a meio dos semestres de 3 ou 4 dias para realização dos reportes intermédios de âmbito semestral. O calendário será aprovado em conselho pedagógico, ficando o agrupamento responsável por informar a DGESTE e a Autarquia.-----

O Engenheiro Fernando Farinha falou ainda sobre o desafio de um trabalho conjunto no âmbito das ciclovias e dos acessos às escolas, designadamente as escolas básicas.-----

A Vereadora Sara Fernandes agradeceu o facto do Engenheiro Fernando Farinha trazer o tema para a reunião e informou que o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável está a ser elaborado por uma empresa e que esta promoveu toda a parte da discussão pública. Foi solicitado à empresa que apresentasse propostas de ligação de todas as escolas do concelho, principalmente as escolas das zonas urbanas, a locais em que se possam deixar os alunos em segurança e a partir daí poderem fazer o resto do trajeto de forma pedonal ou de forma ciclável. Estão a ser realizados alguns projetos piloto para se tentar perceber exatamente os comportamentos. A sensibilização é um trabalho longo e é necessário uma intervenção assertiva, tanto do ponto de vista de fazer cumprir a sinalética que existe em torno das escolas mas também a criação de espaços físicos que protejam os alunos. Na perspetiva da câmara, espera-se ter um plano sustentado muito brevemente.-----

O Doutor Manuel Cabeça subscreveu as palavras de todos, acrescentando que Évora precisa efetivamente de uma campanha de sensibilização não só para a bicicleta e sua utilização mas também de uma estratégia de promoção do transporte público.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata.-----

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças, em anexo.-----

Évora, vinte de julho de dois mil e vinte e um.